

SIM

Os governos devem

Sobrevivência do capital exige regulação

Gláucia Campregher

Professora do programa de pós-graduação em Economia da Unisinos (RS) - Mestre e Doutora em Ciência Econômica pela Unicamp (SP)

Começando pelo óbvio, mas nem tanto, o Estado é uma instituição, produto da engenharia social humana, tanto quanto o Mercado o é. Uma instituição é uma rede de aparelhos, mecanismos, que parem e gerem normas para que os interesses de indivíduos e grupos de indivíduos (sejam eles organizados em hordas de caçadores, em guildas de artesãos, ou em classes de proprietários) construam mais que destruam. Sim para que os homens construam riquezas materiais, valores morais, e as próprias instituições sociais, eles também devem destruí-las – as que herdaram do passado. Quando a história deu lugar ao surgimento de relações sociais de produção mercantis desenvolvidas – todos produzindo para todos num jogo de mediações complexas e bastante impessoais – na Europa Ocidental, as instituições Mercado e Estado existentes foram reinventadas.

Atenção, o Estado já tinha sido inventado antes por chineses, gregos ou romanos – só não era o Estado Nacional Burguês. O Mercado já existia antes, quando estes povos todos e muitos outros trocavam entre si e “dentro de si”, só não era o Livre Mercado Mundial. As duas instituições acima – que chamaremos agora pelos seus apelidos e não nome e sobrenome – Estado e Mercado são então contemporâneas da moderna economia capitalista (aquela das trocas generalizadas e impessoais). Ao longo da história do capitalismo, ambos, não apenas passaram por modificações internas como as fizeram para se adequar às modificações no próprio modo de produção. Assim, Estado e Mercado eram uns ao tempo do capitalismo concorrencial, outros ao tempo do capitalismo imperialista nacional, e outros em tempos de globalização comercial/produtiva/financeira.

Assim, é bom deixar claro desde já que não é minha opinião que o Estado deva intervir no Mercado. Assim é! Se o Mercado é regulado assim ou assado é porque o Estado contribui para tanto. Se o Estado é de uma casta de burocratas ou de um punhado de grandes corporações é porque o Mercado lhe dá a base. Quando respondo que SIM, o Estado deve intervir na economia, estou dizendo na verdade sim a uma outra questão. Sendo dominantes os interesses da maioria dos indivíduos, articulados contra os interesses de minorias predatórias (burocratas, mega-empresários e todos os congêneres que regulam e intervêm sim, só que o fazem em causa própria); sendo pois, dominantes os interesses não particularistas, não míopes, não burros, não destrutivos dos interesses da maioria da sociedade e do planeta onde todos estamos. Então, a intervenção estatal deve ser do tipo que promove: a equidade distributiva, a justiça social, a concorrência leal, o crédito democrático, a regulação da especulação, a confiança na moeda, e por aí vai.

Enfim, o que importa é o sentido da intervenção estatal. Nos chamados “anos dourados” do capitalismo mundial, os quase 30 anos que sucederam o fim da segunda grande guerra, vimos o Estado regulando os Mercados: de trabalho, de crédito, de câmbio, de capitais produtivos (fundamentalmente as leis antitrustes), de serviços (saúde, educação) e financeiros. O que ocorre que tudo mudou?



Algumas coisas... A primeira é que é próprio do capitalismo entrar em crises mesmo quando tudo vai bem. O que detona a crise acontece aí! A recessão já é a crise sendo. Se tudo vai bem, decisões são tomadas de crescer e crescer, investir e investir, mas, mesmo que o sistema divida bem as riquezas não se pode abolir a propriedade privada (sob pena de implodir o sistema), o que significa que os únicos que podem gastar cada vez mais sem limites são os mesmos que investem – ou seja, eles produzem tanto os bens finais, de consumo, como os bens que produzem bens, as máquinas e equipamentos. Pois bem, estes, os proprietários e grandes gestores, temem, lá pelas tantas (pois varia de crise para crise), que a capacidade produtiva criada vá se tornar excessiva em algum momento e param de investir, o que, aí sim, detona a crise. Ou seja, a desconfiança na continuidade de um estado de coisas cria a reversão cíclica.

A segunda questão tem tudo a ver com a primeira. Se o Estado, até para diminuir esses sobes e desces, resolve chamar a si a responsabilidade de uma série de gastos, por mais que isso atrase ou amaine uma crise e reverta expectativas, ele só pode fazê-lo com o aval da sociedade. Se nos períodos de grandes dificuldades os agentes da decisão (e dirigentes da opinião geral) aceitam essa intervenção (e até a pedem); quando as coisas vão bem, reclamam dos impostos, das dívidas, das regulações “excessivas”.

Mas há ainda um terceiro aspecto. No período do auge, sobra capital para pouca inversão produtiva lucrativa e a valorização tende a se dar pela inflação de preços de ativos já existentes – de ações e diversos papéis que são meros signos de riqueza real a imóveis e outras mercadorias sorteadas conforme a época (de tulipas a petróleo).

Pois bem, do final dos anos 70 para cá, os grandes Estados do capitalismo mundial facilitaram enormemente os movimentos do capital que buscava essa valorização de papel. Isso significava viabilizar a internacionalização das finanças, a multiplicação de instituições *offshore* (sem atuação local específica), a pouca fiscalização sobre bancos de investimento, companhias gestoras de fundos, seguradoras, etc, etc, etc. Isso significou uma explosão de papéis, uns lastreados em outros (derivativos) e a multiplicação da distância entre o excesso de liquidez e o investimento produtivo.

A crise atual, que já foi vista como bolha imobiliária, logo mostrou o seu caráter de crise financeira e mostra agora o seu lado crise da gestão (desregulada) da globalização do capital. A solução dessa crise não exigirá apenas novas e enormes ingestões de dinheiro - os agentes em plena crise de confiança o seguram – exigirá isso sim um re-exame do sentido da intervenção do Estado. Isso se as majorias se fizerem ouvir..., elas que agora podem sofrer muito mais que os que especularam e jogaram e perderam. Se as apostas das avaliações privadas trazem o lucro fácil de alguns trazem também a desconfiança na moeda e no seu gestor – o Estado -, isso não é bom, para o próprio capitalismo. A regulação do sistema financeiro (e uma regulação mundial) urge para o bem do próprio capital.

“A crise atual exigirá um reexame no sentido da intervenção do Estado”